

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 29/03/2016

- [Gestantes do Rio querem derrubar resolução que proíbe doulas em salas de parto](#)
- [Estado Islâmico prepara ataques contra crianças judias na Turquia](#)
- [Reunião no CEDCA/PE marca o lançamento do II Curso de Especialização da Escola de Conselhos](#)
- [Crianças com deficiência enfrentam desde preconceito até taxa ilegal](#)
- [Especialistas apontam falhas na transição para o ensino fundamental](#)
- [Projeto busca conciliar alunos e professores em casos de agressão](#)
- [A rotina dos internos nas unidades da Funase](#)
- [Famílias de bebês com microcefalia podem ter desconto em conta de luz](#)
- [Polícia de PE não foi acionada para localizar suposto hacker no Recife](#)
- [Menino que vivia em cárcere privado é resgatado pelo Conselho Tutelar de Trindade](#)
- [Mulher é presa após ser acusada por abandono dos filhos](#)
- [Adolescente é apreendido suspeito de assassinar vizinho em Itapissuma](#)
- [Seis crianças mortas ou feridas por dia em bombardeios no Iêmen](#)
- [Professora que pendurou aluna pela janela de escola em Minas é afastada](#)
- [MG - site de compras oferece bebê de dez meses e choca internautas](#)
- [Projeto Agentes Mirins começa nesta quinta em Noronha](#)
- [DF - CDJA abre inscrições para evento sobre adoção internacional](#)
- [MPPE recomenda ao Cabo de Santo Agostinho adequar instituições de acolhimento para crianças e adolescentes](#)

Assunto: Gestantes do Rio querem derrubar resolução que proíbe doulas em salas de parto

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 29/03/2016



Mãe pela primeira vez, Fernanda França Fernandes, de 33 anos, estava em trabalho de parto há sete horas, quando o processo foi interrompido. Uma enfermeira entrou no quarto para informar que a doula, acompanhante de Fernanda durante a gestão, não poderia ficar para o

nascimento. É que o Hospital Municipal Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, referência em parto humanizado na cidade do Rio de Janeiro, não pode mais manter doulas em sala de parto, por causa de uma resolução do Conselho Regional Medicina do Rio (Cremerj) que voltou a valer.

Assustada, Fernanda viu o trabalho de parto regredir. Ela ficou preocupada com a possibilidade de ficar sem o acompanhamento da doula, com quem desenvolveu uma relação de afinidade e confiança. Por causa disso, acredita ter ficado mais nervosa, prejudicando o nascimento do bebê, que ficou em trabalho de parto por 24 horas. “Passaram óleo [na barriga], coisas para tentar fazer o trabalho de parto voltar, mas no final, tive que fazer [uso] de ocitocina [hormônio sintético que aumenta o número de contrações do útero] e todas intervenções que eu não queria”, contou.

“Passei a madrugada evoluindo, mas a partir desse momento [do anúncio da retirada da doula da sala], começou a regredir, não digo parar, mas regredir, porque a enfermeira não voltou. A sensação era de que a qualquer momento alguém poderia chegar e mandar ela embora me deixou nervosa e aí, o trabalho de parto parou geral”, acrescentou.

Mesmo sendo referência em práticas de humanização, como permitir a presença regulamentada de doulas, para tentar reduzir as cesarianas, o Maria Amélia teve de se adaptar à resolução do Cremerj. “Por causa das ameaças de punições a profissionais [pelo Cremerj], a Secretaria Municipal de Saúde suspendeu a permissão à atuação das doulas até que se chegue a um consenso”, informou a secretaria.

Projeto de lei

Preocupadas com o efeito da decisão em outras unidades, mães, gestantes e doulas querem que a resolução do conselho seja derrubada por meio de lei. Elas explicam que doulas dão conforto e segurança às famílias e esclarecem que não interferem nos procedimentos médicos. Para tentar convencer os deputados, elas estarão entre hoje (29) e quinta-feira (31) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Tramita na casa projeto de lei que libera a presença das doulas.

A médica sanitária Tizuko Shiraiwa explica que as doulas usam métodos naturais para ajudar as mães, como a indicação de exercícios de respiração, a aplicação de óleo e a ajuda com posições confortáveis na hora do nascimento. “O que as doulas fazem é dar assistência física e emocional às mães. Está mais que provado cientificamente que [a presença delas] é benéfica para mulher. Não vejo em que [isso] pode ser ruim”, disse a médica, que foi coordenadora do Comitê de Mortalidade Materna do Estado do Rio por dez anos.

De acordo com Tizuko Shiraiwa, a decisão do Cremerj, de proibir as doulas em salas de parto, é uma “defesa corporativa”. “As doulas ajudam as mulheres a optar pelo parto normal, o que os médicos não querem fazer porque demora muito e não é remunerado igualmente.”

A **Agência Brasil** entrou em contato com o Cremerj, mas não conseguiu, durante todo o dia, entrevistar a médica indicada pela entidade. O telefone passado pelo Cremerj não atendeu. Segundo a entidade, só esta profissional poderia falar sobre o assunto.

O Ministério da Saúde esclareceu, em nota, que a participação de doulas nos partos é “decisão do gestor local” das unidades de saúde. Não há leis ou normas que resguardem a presença das profissionais nas salas e a Lei do Acompanhante dá direito apenas a uma pessoa na sala de parto.

A resolução do Cremerj que proíbe a presença de doulas e/ou parteiras em salas de partos havia sido derrubada na Justiça, antes de o conselho recorrer ao Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro e conseguir reverter a decisão. Caso os médicos sejam flagrados realizando parto na presença das doulas podem até perder o registro.

Outras experiências

Fora do Rio, no entanto, a presença de doulas é incentivada em maternidades. No interior de São Paulo, por exemplo, a contratação delas por um hospital privado reduziu o número de cesáreas, intervenção aconselhada apenas em caso de risco de morte. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o parto normal é mais seguro e deve ser prioridade.

Assunto: Estado Islâmico prepara ataques contra crianças judias na Turquia

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 29/03/2016



A organização terrorista Estado Islâmico planeja realizar atentados na Turquia nos próximos dias, tendo como alvo crianças judias, comunicou o canal de televisão britânico Sky News citando suas fontes nos serviços secretos.

"Nestas circunstâncias, estão sendo tomadas medidas de segurança extraordinárias, além do nível de alerta já em vigor pela polícia turca, bem como a vigilância dentro da comunidade judaica", disse uma fonte da inteligência à Sky News.

Segundo a fonte, a informação tinha sido recebida de seis militantes do Estado Islâmico aprisionados na cidade turca de Gaziantep na semana passada.

Um dos alvos plausíveis pode ser a sinagoga de Istambul, onde funcionam um centro comunitário e uma escola.

"Não sabemos quando isso poderá acontecer. Poderá ser nas próximas 24 horas ou nos próximos dias", disse a fonte.

Uma série de ameaças e ataques contra crianças judias seguem após o ataque mortal em Istambul, em 19 de março, quando cinco pessoas foram mortas por um homem-bomba, incluindo quatro israelenses, além do assassinato de outras 35 pessoas em Bruxelas na semana passada.

Assunto: Reunião no CEDCA/PE marca o lançamento do II Curso de Especialização da Escola de Conselhos

Fonte: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Data: 29/03/2016



Com habilitação em direitos da criança e do adolescente, a duração total do curso é de 360 horas. As aulas acontecerão nos finais de semana (sexta e sábado) na Unidade Acadêmica de Garanhuns da UFRPE.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, através da Escola de Conselhos de Pernambuco, em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança

e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA/PE) tornam público que estarão abertas as inscrições para as provas de seleção do II Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente, gratuito e desenvolvido no âmbito do convênio firmado entre as duas instituições.

É importante destacar que a especialização é o primeiro curso de pós-graduação voltado exclusivamente para Conselheiros (as) dos Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares do país. Todo o pioneirismo deste curso é prova da sua importância no cenário de promoção e garantias do direito da criança e do adolescente.

Segundo a Coordenadora Geral do Curso – Professora Mêrces Cabral – a especialização vai proporcionar aos conselheiros terem uma visão aprofundada de temas que são vitais para a compreensão do que é ser criança, do que é ser adolescente e, conseqüentemente, os seus direitos. “O conselheiro que fizer o curso se sentirá ainda mais capacitado para sua atuação, favorecendo sua autoestima, adquirindo ainda mais preparo para lher dar com os entraves da sua profissão e com muito mais consciência do seu poder de ação”, destacou.

Além Coordenadora Geral do Curso – Professora Mêrces Cabral, a Conselheira do CEDCA/PE e representante do Grupo Gestor da Escola de Conselhos de Pernambuco - Bernadeth Gondim – destacou que esta especialização vai influenciar diretamente em uma boa atuação dos conselheiros tutelares do Estado e que com isso o próprio CEDCA/PE fica ainda mais forte na luta por garantias de direitos de crianças e adolescentes.

O Coordenador Geral da Escola de Conselhos de Pernambuco (ECPE) – o Professor Humberto Miranda – frisou que este curso reforça a dinâmica da formação continuada da Escola. “O conselheiro hoje tem acesso ao curso de extensão, de aperfeiçoamento, e o curso de pós-graduação”, lembra.

O Professor Humberto rememorou que esta especialização é financiada com recursos do Fundo Estadual e que isso deposita sobre os realizadores, total responsabilidade sobre este processo – visto que o próprio CEDCA/PE deliberou em Pleno sobre este importante investimento. “O que é mais importante neste cenário todo é que os conselheiros se sentiram ainda mais valorizados, pois a formação para além do conteúdo, para além do certificado – ela valoriza o sujeito”, comenta o Coordenador Geral da Escola de Conselhos.

O Professor Humberto destaca a importância deste segundo curso de especialização acontecer no interior do Estado – mais especificamente na cidade de Garanhuns, porque assim acontece uma maior democratização do acesso, fazendo com que as pessoas do interior tenham a oportunidade de também se pós-graduarem.

Aluno do primeiro curso – o Conselheiro Iran Santos ressalta que é imprescindível e salutar pontuar que a primeira formação foi preponderante para a formação dos conselheiros tutelares e de direitos do Estado todo. “A Escola de Conselhos de Pernambuco é uma escola modelo e que por isso a realização deste curso se faz ainda mais importante e credenciado. A segunda turma agora só tem a ganhar”, falou.

As inscrições estarão abertas a partir de 0 hora de 28/03/2016 às 24 horas do dia 17/04/2016. As inscrições serão feitas exclusivamente de maneira on-line pelo email: inscriçoespecializacao2016@gmail.com.

Calendário do Edital e Processo de Seleção:

Divulgação do edital - de 28 até 17 de abril;
Divulgação das inscrições homologadas - 20 de abril;
Prova escrita - 29 de abril;
Divulgação e análise dos planos de trabalho - 06 de maio;
Entrevista e análise dos currículos - 13 e 14 de maio;
Divulgação do resultado final - 18 de maio;
Matrículas - 26 e 27 de maio.

Assunto: Crianças com deficiência enfrentam desde preconceito até taxa ilegal

Fonte: Portal Andi

Data: 29/03/2016



O relato das mães revela tentativas de romper barreiras na educação. Ao lado dos filhos com deficiência, lutam por uma escola aberta às diferenças. E aos direitos garantidos para proporcionar ambiente integrado de aprendizado. Desde 2007, a presença dos estudantes com deficiência é cada vez menor em ambientes segregados, como classes especiais e escolas exclusivas.

Para trilhar o caminho da inclusão em escolas regulares, há desgastes a serem superados. No caso da mãe Maria Helena Domingos, falta atendimento completo para que o comportamento ativo do filho não atrapalhe a turma nem impossibilite a convivência com os colegas. Aos nove anos, Paulo tem síndrome de Down e cursa o 3º ano do Ensino Fundamental na escola pública. Por dia, fica no máximo duas horas de aula na sala.

Sem esperar pela lotação de um profissional, Helena fica na escola. É ela quem recebe o menino quando ele não consegue se concentrar e precisa sair da sala para beber água. “É melhor eu lá. Porque já teve dia em que achei o vigia tomando conta dele lá fora”, lamenta.

Cobrança ilegal

Com o filho na rede privada, Márcia Maria, de 46 anos, está satisfeita com os cuidados da professora. Mas conta que tentou, há dois anos, matricular Rafael em outra escola particular. Deparou-se com uma cobrança adicional ao dizer que o filho tem síndrome de Down. Teria de pagar por fora uma pessoa para ficar com ele. Uma prática ilegal e recorrente nas escolas.

Apesar das barreiras, Márcia acredita que a inclusão ajuda. O filho se desenvolveu melhor desde que o contato com outras crianças virou rotina. Para ela, outra dificuldade é proteger os filhos da rejeição. “O preconceito vem do mundo dos adultos. Quando a inclusão acontece na base, as outras crianças vão se acostumando a crescer com a diferença. Nós vamos mudando as estruturas”, sintetiza.

Para Francilene Araújo, 33, o preconceito se manifesta em sutilezas. Quando a mãe de um colega ensina a não brincar com o filho Fernando, porque ele é “doentinho”, por exemplo. “Dá para ver que a maldade vem dos pais. Eu repito que meu filho é especial e que deve ser tratado como todo mundo”, defende.

Dados

Nas escolas municipais de Fortaleza, são 3.689 alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades matriculados em 2016. A maior concentração é no 4º

ano do ensino fundamental, conforme a Secretaria Municipal da Educação (SME). Nas escolas estaduais, estão matriculados 3,4 mil alunos da educação especial, desde o infantil.

Assunto: Especialistas apontam falhas na transição para o ensino fundamental

Fonte: Portal Andi

Data: 29/03/2016



Num país onde 12% das crianças que chegam ao 3º ano do ensino fundamental são reprovadas, tornou-se latente o debate sobre a precariedade da alfabetização, uma das grandes responsáveis por esse gargalo. A preocupação vem se refletindo na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Até o início deste mês, o documento que vai nortear o aprendizado nas escolas recebeu cerca de 12 milhões de sugestões de todo o Brasil. Essencial para a alfabetização, o período de transição do ensino infantil para o fundamental gerou debate.

"Há uma discussão muito importante sobre como construir uma relação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, de maneira que a educação infantil contribua para a alfabetização das crianças nos primeiros anos", afirma o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Manuel Palacios.

A BNCC estabelecerá diretrizes que irão nortear o ensino público do país. Cerca de 60% do conteúdo das escolas brasileiras será composto pela Base, os outros 40% ficarão a cargo das instituições para garantir a existência de abordagens regionais. Para construir o documento, o MEC organizou uma consulta pública na internet que ficou aberta a contribuições de setembro de 2015 até o início deste mês. Durante esse período, foram mais de 300 mil cadastrados, dos quais 207 mil professores. Além dessas contribuições, um corpo de especialistas fornece pareceres críticos sobre o texto. Em abril, será apresentada uma nova versão do documento, e o modelo final será conhecido em junho.

"A Base Nacional Comum evidencia um problema que já existia", avalia a superintendente do movimento "Todos Pela Educação", Alejandra Meraz Velasco, que critica o fato de a educação infantil não receber o devido destaque nas políticas educacionais.

"Apesar de a educação infantil ser parte da educação básica, ela continua sendo tratada separadamente: a estrutura da BNCC na educação infantil é totalmente diferente do ensino fundamental. Na educação infantil a Base estabelece campos de experiências e no ensino fundamental, por disciplinas. Não há uma ponte entre eles", comenta Alejandra, acrescentando que a alfabetização é um ponto, mas há diversos problemas que essa falta de integração gera.

Em um dos pareceres críticos, um dos especialistas da área de matemática analisa:

"... Não há como prever a transição desse nível (educação infantil) para o ensino fundamental. Mesmo que o documento da educação infantil não tenha foco na escolarização, tal como é concebido até então, o texto não deixa explícito como deve ser o processo de aquisição, pela criança, de alguns conceitos básicos, como, por exemplo, o de número. "

De acordo com Alejandra, o ideal é que cada etapa tenha um traço da outra, mas sempre assegurando o caráter central de cada período.

"A educação infantil não pode ser escolarizada, mas também não pode ser como era quando essas creches pertenciam à assistência social. A importância na Base é criar um conceito de educação infantil compartilhado por todos", observa.

Atenta à relevância da discussão, a equipe do Jardim de Infância Municipalizado Carlos Ribas, na cidade de Três Rios, no interior do estado do Rio, promoveu reuniões para discutir o conteúdo da nova proposta de currículo.

"A Base vai ser uma referência para o trabalho no país inteiro, isso vai ser uma ajuda grande. Aqui nos reunimos internamente para discutir o conteúdo e agora estamos nos reunindo com os pais para falar sobre o currículo. Chegamos à conclusão de que todos precisam de um núcleo comum. Irá contribuir para a promoção da igualdade de aprendizado para todos", conta a diretora da escola, Janis Pantola.

O Jardim de Infância Carlos Ribas sugeriu alteração de apenas um eixo da Base, pedindo a ampliação do repertório cultural das crianças no trecho sobre gestos e movimentos. Isto para que os alunos não exercitem somente os próprios costumes, mas também de outros grupos.

Na opinião de Marcelo Burgos, professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio e um dos responsáveis pela compilação das contribuições, as sugestões funcionaram como um termômetro.

"O portal funcionou como um espelho dos pontos mais controvertidos do debate pedagógico. Tenho usado o material das contribuições, a sensação é a de conversar com milhares de pessoas de todos lugares do país".

Brincadeiras em outra etapa

Para além da educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental também precisam ser olhados de perto. A professora Hilda Micarello, coordenadora da equipe de redação da BNCC, cita como exemplo o debate sobre a brincadeira, elemento central da educação infantil e que praticamente desaparece na etapa seguinte.

"Há um debate sobre a brincadeira, uma discussão de que esse aspecto não desapareça a partir dos 6 anos. Vamos procurar deixar mais explícita essa dimensão lúdica, que caracteriza o contato das crianças com os diferentes componentes curriculares nos anos iniciais do ensino fundamental", explica.

Para Hilda, no entanto, apesar da importância do documento, é preciso ter em mente que a Base por si só não irá resolver todos os problemas da educação:

"A Base sozinha não terá o poder de trazer mudanças radicais à educação brasileira, precisa estar articulada a outras políticas públicas. Ela é fundamental porque dá um norte para que se possa atacar de forma mais efetiva esses problemas históricos, como a reprovação no 3º ano do ensino fundamental".

Nesse sentido, o secretário de Educação Básica do MEC ressalta que o próximo passo deve ir para além da BNCC.

"A formação de professores terá que ser revista tendo a Base como referência. Teremos que rever as matrizes de prova Brasil e do Enem, para que se alinhem com o documento", avalia. "Aprovada a Base, vamos começar a ver seus efeitos, como a revisão dos currículos dos estados e municípios. É provável que o impacto na produção do livro didático seja claramente perceptível em 2020. Em 2018 já se pode prever um Enem que tenha por referência a Base", afirma Palacios.

Assunto: Projeto busca conciliar alunos e professores em casos de agressão

Fonte: Portal Andi

Data: 29/03/2016



Casos de agressões a professores em escolas públicas de São José do Rio Preto (SP) têm se tornado frequente nos últimos meses. No último caso grave, um professor apanhou de um aluno por causa do celular. Por mês 40 casos de violência escolar são registrados na Vara da Infância e Juventude de Rio Preto.

Para evitar esse tipo de situação e fazer com que estudantes e educadores se resolvam na sala de aula, um projeto começou a ser desenvolvido em escolas de Guapiaçu (SP). É o projeto "Mediação Escolar e Justiça Restaurativa". O trabalho tem o apoio do Ministério Público e deve se estender a outras escolas da região.

A violência em sala de aula envolvendo estudantes ou professores é o foco do projeto, lançado em duas escolas de Guapiaçu. “Acreditamos que a partir de agora a escola tem o poder de fazer isso, de colocar frente a frente o agressor e a vítima para dar resolução aos seus conflitos”, afirma André Luís de Souza, promotor da Infância e Juventude.

Os professores escolhidos para serem os mediadores receberam um treinamento do Ministério Público. A partir de agora qualquer conflito pode ser resolvido pela própria escola e todo o processo será acompanhado pela Justiça e os pais também vão ser chamados para resolver o problema. “Qualquer tipo de conflito de natureza cível, qualquer ato de indisciplina e na questão do ato infracional, os de menor potencial ofensivo, como brigas, discussões, ofensas, o dano na escola, isso vai poder ser mediado. Nós ainda estamos colocando os atos infracionais mais graves ainda sob o crivo do judiciário”, diz o promotor.

A Justiça Restaurativa é um projeto do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo é reduzir as ações judiciais que envolvem conflitos em escola. “Precisamos dar aos professores força, o poder pra que eles possam ensinar. Eles não podem ser desrespeitados. A sociedade como um todo tem de eleger os professores como profissionais fundamentais na sociedade. A Justiça está para evidenciar a figura do professor”, afirma o juiz Evandro Pelarin.

Além de Guapiaçu, escolas públicas de Rio Preto vão receber o projeto. O trabalho também quer ajudar a reduzir os casos de bullying entre os alunos. Com a ação dos mediadores a expectativa é melhorar o ambiente escolar. “Os alunos vão carregar na aula essa mudança e fazer com que eles se envolvam na sociedade”, diz a professora Elizelma Polizelli.

As duas escolas de Guapiaçu que estão desenvolvendo o projeto são a Valdomiro Galo e a Coronel Batista de Lima. A expectativa é que nos próximos meses, todas as escolas da cidade sejam atendidas.

Segundo o promotor da infância e juventude de Rio Preto, a partir do mês que vem escolas de Rio Preto também vão receber o projeto. Algumas delas já foram escolhidas, como as escolas Darci Ribeiro e a Olga Mallouk Lopes da Silva.

Assunto: A rotina dos internos nas unidades da Funase
Fonte: Portal NE10 PE
Data: 29/03/2016



Construídas para receber adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional, as 23 unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) de Pernambuco nem sempre cumprem o papel de ajudar no processo de ressocialização do interno. Insegurança, superlotação, e estruturas precárias fazem parte da rotina de algumas delas.

Juntas, as unidades possuem 1.139 vagas, mas, atualmente, atendem cerca de 1.600 adolescentes. Quinze delas estão lotadas. A situação mais grave está no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) do Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife, que tem mais que o dobro da sua capacidade. Há 346 internos, quando o espaço deveria receber 166.

“Como é que um adolescente que está em uma cela, dormindo mal, convivendo com um número de adolescentes excessivos naquele mesmo espaço, em condições insalubres, vai vivenciar uma proposta pedagógica durante o dia e participar de atividades socioeducativas?”, questiona José Ricardo Oliveira, coordenador do Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (Cendhec), entidade de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Descontrole e Violência

Para piorar a falta de vagas, relatos sobre o uso de armas e drogas são comuns dentro das unidades. “Muitas vezes, eu chegava lá e encontrava meu filho drogado. Ele vendia toda roupa que eu levava para ele, para comprar droga lá dentro”, conta a mãe de um interno. Falha confirmada pelo presidente da Funase, Moacir Carneiro Leão: “Existe a infiltração de drogas dentro das unidades, muitas vezes não entra pela nossa portaria, mas são arremessadas lá dentro”.

As histórias de torturas e mortes também fazem parte do dia a dia nos centros socioeducativos. “Nós temos relatos de adolescentes levando choque elétrico, porradas com barrotes de ferros e madeiras, adolescentes tendo saco plástico colocados na cabeça, levando murros e socos”, comenta Natuch Lira, do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Os dados de homicídio são ainda mais alarmantes: nos últimos quatro anos, 25 jovens morreram em decorrência de confusões dentro da Funase. Em 2015, o pior ano desde a existência da Fundação, foram nove infratores mortos. Muito desses assassinatos chegaram a ser comparados a cenas de filmes de terror, tamanha a crueldade em que os corpos foram encontrados. Ainda aconteceram motins, fugas em massa e rebeliões. Situações que mancharam Pernambuco no cenário nacional.

Promessas

Nesse mesmo período, três centros foram inaugurados nos moldes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o qual prevê, por exemplo, que todas as unidades

tenham escolas e que os adolescentes cumpram a medida em locais semelhantes a casas. O Case de Jabotão dos Guararapes também chegou a ser considerado modelo no País por seguir esse padrão e oferecer capacitação aos jovens.

Outras novas unidades foram prometidas com essa mesma proposta de construção e atendimento, porém, uma está com as obras paradas e outras não chegaram a sair do papel. Enquanto esperam, os adolescentes são submetidos a um sistema marcado por falhas. “Deixar o filho ali é a pior coisa que tem. O resto dos dias é só pedir a Deus para que na próxima visita ele esteja bem”, desabafa a mãe de um interno.

Assunto: Famílias de bebês com microcefalia podem ter desconto em conta de luz

Fonte: Portal G1 PE

Data: 29/03/2016



Celpe abre a oportunidade para reduzir em até 65% o valor da tarifa. É preciso se cadastrar no INSS e se enquadrar nos critérios da empresa.

As famílias de crianças que nasceram com microcefalia, associada ao vírus da zika, poderão ter uma nova ajuda. A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) abre a possibilidade de incluir esses núcleos familiares na lista de beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica. Assim, quem for cadastrado e se encaixar nos critérios da empresa terá até 65% de descontos na fatura mensal.



Para ter acesso ao benefício, famílias de bebês com microcefalia devem se cadastrar no INSS

O cadastro na Tarifa Social pode ser efetuado por meio dos canais de relacionamento com o cliente. Entre eles, o site www.celpe.com.br, as lojas de atendimento e os pontos credenciados da Celpe distribuídos em todo o Estado.

No caso dos portadores de microcefalia, para solicitar a inclusão, é importante que a criança tenha sido inscrita previamente junto ao INSS e obtido o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na categoria 87 – para portadores de deficiência.

A Celpe concederá o benefício às crianças cadastradas nas agências do INSS existentes na área de concessão da empresa, que abrange todos os municípios pernambucanos, a Ilha de Fernando de Noronha e a cidade de Pedras de Fogo, na Paraíba.

Além de apresentar o BPC do beneficiário na categoria 87, o pai ou responsável deverá também ter em mãos o CPF e RG da criança e uma conta de energia de onde mora a família, para efetivar a solicitação do desconto. Não é necessário ser o titular da conta.

Não é preciso levar os bebês à Loja Celpe. Basta que a solicitação atenda aos critérios, comprovados por meio da documentação apresentada.

“A Celpe está participando ativamente desta corrente, levando orientações aos Cras (Centros de Referência da Assistência Social), Secretarias de Assistência Social e nas ações sociais da

empresa”, ressaltou a gestora da Unidade de Documentação e Cadastro da Celpe, Ana Cláudia de Oliveira.

INSS

O INSS informou que atualmente 35 famílias de crianças com microcefalia estão cadastradas para receber o Benefício de Prestação Continuada. Trinta desses núcleos familiares conseguiram ser atendidos nos mutirões de fim de semana realizados no início de março. Há, ainda, várias pessoas à espera do auxílio.

Para receber, as famílias devem passar por três fases distintas do processo de cadastramento. São elas: etapa administrativa, avaliação social e perícia médica.

Assunto: Polícia de PE não foi acionada para localizar suposto hacker no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 29/03/2016



Canal do Youtube de Lorena Reginato, 12, foi invadido na segunda-feira. Garota comoveu web com sua história de superação e combate ao câncer.

A Polícia Civil de Pernambuco ainda não foi acionada para tentar identificar um suposto hacker do Recife que teria invadido o perfil do YouTube da garota Lorena Reginato, de 12 anos. A menina que vive em Jaú, no interior de São Paulo, criou um canal chamado 'Careca TV', onde conta um pouco de sua história de superação e de seu tratamento contra um câncer no cérebro. A doença foi diagnosticada em 2015 e comprometeu a fala e os movimentos da menina.

Na madrugada de segunda-feira (28), um hacker não identificado teria invadido o perfil e deletado os dois vídeos que a menina postou nas últimas semanas e que tiveram, em pouco dias, milhões de acessos. Nas últimas semanas, a menina comoveu a web com o primeiro vídeo publicado no canal. Inúmeros compartilhamentos, comentários e mensagens de carinho do público foram registrados na página do Youtube em apenas sete dias. O primeiro vídeo tinha mais de 4 milhões de visualizações antes de ser retirado do ar pelo hacker.

O G1 entrou tentou entrar em contato com o delegado Derivaldo Falcão, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos em Pernambuco, mas não obteve retorno. A assessoria de imprensa da Polícia Civil informou que o policial não iria se pronunciar por enquanto, já que não recebeu nenhuma solicitação da polícia paulista.

A reportagem também conversou com o chefe de comunicação da Polícia Federal (PF) em Pernambuco, Giovani Santoro, que informou que o caso não é da alçada da PF. "Como se trata de invasão a uma página pessoal e não de crimes de ódio, racismo, ou pedofilia, a investigação ficaria, nesse caso, com a Polícia Civil", explicou.

Para identificar a origem do IP que teria hackeado a conta, a família contou com a ajuda de um amigo que é mágico e que possui conhecimentos de informática. Até o momento, no entanto, não fez nenhuma queixa formal à polícia. "O Pyong Lee é uma das pessoas que está nos ajudando a recuperar o canal da Lorena", afirma Fiorella Reginato, mãe da garota. O mágico que também tem um canal de vídeos no Youtube com mais de 40 milhões de visualizações, conheceu a menina em uma visita ao hospital onde Lorena faz o tratamento, em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo.

Assunto: Menino que vivia em cárcere privado é resgatado pelo Conselho Tutelar de Trindade

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 29/03/2016



Por conta de traços de retardo mental, o garoto foi privado do convívio social pela família.

Um menino de 9 anos com traços de retardo mental foi resgatado do cárcere privado no qual vivia desde que nasceu, no município de Trindade, Sertão pernambucano. O caso, que já era conhecido pelas autoridades desde 2013, chegou ao fim na semana passada, quando o garoto foi encaminhado sob medida protetiva para uma Casa de Acolhimento do Recife.

Segundo informações repassadas pelo Conselho Tutelar do município, a criança era mantida confinada numa casa pela própria família, que se recusava a ser atendida pelos profissionais. Em entrevista à *Rádio Jornal*, o presidente do órgão no município, Givan Andrade, afirma que o problema do garoto só foi resolvido agora por conta da recusa de atendimento em várias unidades de acolhimento da região.

O menino foi encaminhado para a Casa de Acolhimento Rodolfo Aureliano (CRAUR), no bairro do Engenho do Meio, Zona Oeste do Recife. A família e a promotoria de Trindade não se pronunciaram sobre o caso.

Assunto: Mulher é presa após ser acusada por abandono dos filhos
Fonte: Jornal do Comércio de PE
Data: 29/03/2016



Vizinhos ouviram o choro das crianças e acionaram a polícia, que encontrou a mãe numa festa.

Uma mulher foi presa na Comunidade do Passarinho, na Zona Norte do Recife, após ser acusada de abandono de incapaz nesse domingo (27). De acordo com informações repassadas pela polícia, a jovem de 20 anos é mãe de duas crianças, que foram deixadas em casa sozinhas.

Ao ouvir o choro dos meninos de 1 e 2 anos de idade, os vizinhos acionaram a polícia. A mulher foi encontrada numa festa e as crianças foram encaminhadas para a policlínica Amaury Coutinho, no bairro da Campina do Barreto. Lá, sinais de maus-tratos foram encontrados pelos médicos no corpo dos pequenos.

Segundo o Conselho Tutelar, a guarda das crianças foi confiada a avó paterna, que mora no Alto da Bondade, também na Zona Norte. A mãe foi encaminhada à Central de Plantões da Capital.

Assunto: Adolescente é apreendido suspeito de assassinar vizinho em Itapissuma

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 29/03/2016



Jovem estava bebendo com a vítima, quando os dois se desentenderam.

Um adolescente de 17 anos foi apreendido nessa segunda-feira (28) suspeito de assassinar um vizinho em Itapissuma, na Região Metropolitana do Recife (RMR). De acordo com a polícia, o jovem estava bebendo com João Batista de Souza, de 65 anos, quando os dois se desentenderam.

Ainda segundo a polícia, o homem desferiu alguns golpes de faca na mão do adolescente, que conseguiu pegar a arma e assassinou o vizinho. O jovem foi socorrido para o Hospital Miguel Arraes, em Paulista, onde está sob custódia.

O corpo de João Batista de Souza foi encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML), após perícia do Instituto de Criminalística (IC). O caso está sendo investigado.

Assunto: Seis crianças mortas ou feridas por dia em bombardeios no Iêmen

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 29/03/2016

jornal do  commercio

As crianças representam um terço as mortes de civis no Iêmen desde março de 2015, segundo o Unicef.



As crianças representam um terço as mortes de civis no Iêmen desde março de 2015, segundo o Unicef

Seis crianças morrem ou são feridas em média a cada dia no Iêmen desde o início dos bombardeios aéreos sauditas há um ano, denunciou nesta terça-feira (29) a ONU, que destaca o preço elevado que os mais jovens pagam no conflito.

Em um relatório publicado por ocasião do primeiro aniversário dos bombardeios aéreos da Arábia Saudita, o Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, afirma que "mais de 900 crianças morreram e mais de 1.300 ficaram feridas no Iêmen, sete vezes mais que em todo o ano de 2014".

As crianças representam um terço as mortes de civis no Iêmen desde março de 2015, segundo o Unicef.

De acordo com a ONU, mais de 6.300 pessoas morreram no Iêmen, quase metade civis, desde o início, em março de 2015, da intervenção árabe liderada pela Arábia Saudita.

Apesar do apoio militar crucial da coalizão árabe, as forças pró-governo ainda não conseguiram retomar as cidades conquistadas pelos rebeldes xiitas huthis, incluindo a capital, Sanaa.

Assunto: Professora que pendurou aluna pela janela de escola em Minas é afastada

Fonte: Diário de PE

Data: 29/03/2016

DIÁRIO de PERNAMBUCO

A medida foi tomada por tempo indeterminado, até que o processo administrativo aberto para apurar o caso seja concluído.



A educadora colocou a garota do lado de fora como castigo

A professora flagrada pendurando uma aluna de 4 anos para fora da janela em uma sala no segundo andar da Escola Municipal Rabim Gambogi, em Boa Esperança, na Região Sul de Minas Gerais, foi afastada nesta segunda-feira. A medida foi tomada por tempo indeterminado, até que o processo administrativo aberto para apurar o caso seja concluído.

O caso ocorreu na última semana. Segundo familiares, o ato da professora aconteceu depois que a menina jogou um objeto para fora da sala. A educadora colocou a garota do lado de fora como castigo. Uma mulher que passava pela rua viu a criança pendurada e tirou uma foto.

Segundo a Prefeitura de Boa Esperança, a secretária municipal de Educação, Adriana Figueiredo Reis Lima, fez uma reunião com o Conselho Tutelar e com o diretor da escola no sábado para buscar mais informações sobre o ocorrido. Ela se reuniu também com o departamento jurídico.

Nesta segunda-feira, a tia da garota, que é responsável direta por ela, e a professora foram ouvidas. Os relatórios com as versões dos fatos de cada parte serão encaminhados para o departamento jurídico. Também serão anexadas as informações do boletim de ocorrência da Polícia Militar (PM) e dos depoimentos colhidos pelo Conselho Tutelar. Com os dados, será instaurado o processo administrativo.

Assunto: MG - site de compras oferece bebê de dez meses e choca internautas

Fonte: Diário de PE

Data: 29/03/2016

DIÁRIO de PERNAMBUCO

"Ótimo investimento. Valor a combinar", diz a mensagem publicada na tarde de segunda-feira.

Bebe lindo

Instituído em: 29 Março 17:30



vendo lindo bebê com 10 dias de vida homem lindo com saúde total e comprovada. ótimo investimento. Valor a combinar

abimael

Iniciar chat

Dicas de Segurança

- Evite pagar adiantado
- Desconfie de anúncios não realistas

Denunciar



Compartilhar



A publicação é acompanhada de uma galeria com cinco fotos da criança

A suposta venda de um recém-nascido em um site de compras chocou internautas nas últimas 24 horas. A criança seria de Contagem e o vendedor diz que pode combinar o valor.

O anúncio foi publicado às 17h30 de segunda-feira. "Vendo lindo bebê com 10 dias de vida homem lindo com saúde total e comprovada. ótimo investimento. Valor a combinar", diz o anunciante, identificado apenas pelo nome Abimael.

A publicação é acompanhada de uma galeria com cinco fotos da criança. A localização é o Bairro Tropical, em Contagem. Nesta terça-feira, não é possível acessar o anúncio diretamente pelo site, mas a mensagem foi armazenada em cache na internet.

A reportagem ligou para o celular que aparece no anúncio, mas as ligações caíram na caixa postal. O em.com.br também entrou em contato com a assessoria de imprensa da Polícia Civil e aguarda retorno. A reportagem também aguarda resposta da assessoria de imprensa da OLX.

Assunto: Projeto Agentes Mirins começa nesta quinta em Noronha
Fonte: Diário de PE
Data: 29/03/2016



Objetivo é transformar estudantes dos ensinos fundamental e médio em multiplicadores do conceito de preservação do patrimônio histórico do arquipélago.

Sob o argumento de valorizar o patrimônio de Fernando de Noronha, o projeto Agentes Mirins do Arquipélago, que tem como público estudantes de 13 a 17 anos, será lançado nesta quinta-feira. Primeiro projeto desenvolvido integralmente pelo Centro de Pesquisa Histórica das ilhas, (Cepehc) a ideia é transformar os alunos em multiplicadores do conceito da necessidade de resgatar o patrimônio histórico local. A solenidade será realizada na escola Arquipélago, a partir das 10h.

No projeto, estudantes matriculados nos ensinos Fundamental e Médio participarão de oficinas sobre educação patrimonial, direitos e deveres, educação ambiental e desinibição, além de debates, visitas a campo e estágios. Tudo acompanhado por profissionais que compõem a equipe interdisciplinar. Os jovens se tornarão agentes multiplicadores dessas informações para os outros moradores do arquipélago, como forma de exercerem sua cidadania.

O cronograma do projeto prevê atividades até dezembro, quando os integrantes realizarão uma exposição na sede da escola para apresentar o resultado dos trabalhos. A expectativa é que o número de indivíduos beneficiados, diretamente e indiretamente, seja de mais de 100 pessoas, contando com a interação do empresariado local e de instituições públicas e privadas.

Cepehc

Fundado em 2008, o Centro de Pesquisa Histórico e Cultural de Fernando de Noronha tem o objetivo de resgatar e preservar a identidade e as tradições dos moradores do arquipélago. No mesmo ano da sua fundação, o Cepehc realizou um extenso trabalho de intervenção documental em diferentes instituições arquivísticas, que possuem documentos históricos sobre a ilha, como o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o Arquivo Público de Pernambuco, a Cúria Metropolitana e o Arquivo do Tombo, em Portugal.

Essa pesquisa resultou em um inventário analítico contendo mais de 24 mil documentos digitalizados, salvaguardando, assim, parte da riqueza patrimonial de Fernando de Noronha. Também no Cepehc, encontra-se o Grupo de Pesquisa Noronha Multifacetado que se dedica a investigar a história da ilha.

Assunto: DF - CDJA abre inscrições para evento sobre adoção internacional

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 29/03/2016



A Comissão Distrital Judiciária de Adoção – CDJA/TJDFT realiza, no dia 14 de abril, o seminário Adoção internacional: as diferentes leituras de uma mesma história. O evento é gratuito e será no auditório da Vara da Infância e da Juventude – VIJ, localizada na SGAN 909, das 13h30 às 18h. Na ocasião, também será lançado livro infantil produzido pela CDJA.

O objetivo principal do evento é apresentar e discutir informações teóricas e práticas acerca da adoção internacional. O público-alvo são os profissionais que atuam nas entidades de acolhimento e na rede de atendimento à criança e ao adolescente do Distrito Federal, os servidores da VIJ e os estudantes de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Direito.

Os interessados em participar do seminário devem fazer inscrição prévia, uma vez que as vagas são limitadas, e aguardar a homologação. Para se inscrever, é preciso preencher uma ficha, salvar os dados e enviar para o e-mail inscricao.cdja@tjdft.jus.br. O prazo de inscrição vai até o dia 1º de abril. Os inscritos receberão mensagem de confirmação por e-mail.

PROGRAMAÇÃO

13h30 às 14h – Credenciamento

14 às 14h30 - Abertura solene

- Desembargador Romeu Gonzaga Neiva – Corregedor da Justiça do Distrito Federal e Presidente da Comissão Distrital Judiciária de Adoção – CDJA.
- Renato Rodovalho Scussel – Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – VIJ e membro da CDJA.
- Isabel Maria de Figueiredo Falcão Durães – Promotora da Infância e da Juventude do Distrito Federal – MPDFT.
- Sérgio Domingos – Coordenador do Núcleo da Infância e da Juventude da Defensoria Pública do Distrito Federal.
- Francisco George de Lima Beserra – Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF.
- Thaís Botelho Corrêa – Secretária Executiva da CDJA.

14h30 às 16h - A adoção internacional como uma possibilidade de colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas

- Francisco George de Lima Beserra – Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal – ACAF – Panorama da adoção internacional no Brasil.
- Sérgio Domingos – Coordenador do Núcleo da Infância e da Juventude da Defensoria Pública do DF – A garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.
- Isabel Maria de Figueiredo Falcão Durães – Promotora da Infância e da Juventude do Distrito Federal – MPDFT – A adoção internacional enquanto garantia do direito à convivência familiar.
- Niva Maria Vasques Campos – Psicóloga e Supervisora Substituta da SEFAM/VIJ – A realidade dos cadastros de crianças, adolescentes e pretendentes à adoção.

Debate: 30 minutos

16h às 16h20 - Intervalo

16h20 às 17h50 - As múltiplas intervenções no processo de adoção internacional

- Érica Espírito Santo – Representante Nacional do Organismo Francês – COFA – O papel dos organismos nos processos de adoção internacional e o perfil das famílias estrangeiras.
- Maria da Penha Oliveira da Silva – Psicóloga Clínica – A preparação de crianças e adolescentes para a adoção internacional no ambiente psicoterapêutico.

- Aline de Souza Ferreira – Psicóloga do Lar de São José – O processo de desligamento de crianças e adolescentes adotados por família estrangeira.
- Thaís Botelho Corrêa – Assistente Social e Secretária Executiva da CDJA – A intervenção da CDJA nos processos de adoção internacional.

Debate: 30 minutos

17h50 às 18h - Encerramento

Assunto: MPPE recomenda ao Cabo de Santo Agostinho adequar instituições de acolhimento para crianças e adolescentes

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 29/03/2016



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao prefeito do Cabo de Santo Agostinho, José Ivaldo Gomes, ao secretário municipal de Gestão Pública, Lusivan Severino de Oliveira, e ao secretário municipal de Programas Sociais, Ronaldo Francisco dos Santos, que adotem providências urgentes para regularizar as condições de funcionamento das entidades Recanto da Criança e Recanto do Adolescente do município.

De acordo com a promotora de Justiça de Defesa da Infância e Juventude do Cabo de Santo Agostinho, Janaína Sacramento Bezerra, a gestão municipal deve providenciar, no prazo máximo de dez dias, as seguintes medidas: reorganizar o trabalho dos servidores da equipe técnica e dos educadores a fim de cobrir os dois turnos; aumentar o número de integrantes das equipes; designar coordenadores com dedicação exclusiva para atuar nas duas casas; garantir a ida das crianças e adolescentes a serviços de saúde, incluindo odontológicos; elaborar e manter pastas individualizadas para cada acolhido, com dados sobre seus históricos sociais e de saúde; estabelecer um cronograma para atender às necessidades da casa em relação a itens alimentícios, medicamentos, materiais didático-pedagógicos, de expediente e de limpeza; realizar os serviços de manutenção estrutural nos imóveis; e providenciar mobiliário adequado para as crianças e adolescentes acolhidos.

A representante do MPPE explicou que realizou, com auxílio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Defesa de Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), uma inspeção nas casas de acolhimento no dia 15 de março. Durante a visita, foram detectadas a insuficiência de cuidadores e educadores, falta de materiais pedagógicos e desleixo com a higiene pessoal das crianças e adolescentes acolhidos. As instalações físicas também apresentavam irregularidades, como fiação elétrica exposta, muros sem proteção adequada e infiltrações.

Segundo a promotora de Justiça Janaína Sacramento Bezerra, apesar de possuírem espaços amplos, as instituições não têm oferecido ambiente acolhedor, que ofereça condições de higiene, salubridade e organização. Os problemas estruturais ainda envolvem a precariedade do mobiliário, em sua maioria insuficiente, inadequado e danificado; armários sem portas; garraões de água mineral no chão; e limitação de alimentos em quantidade suficiente para os acolhidos.

No momento de inspeção, foi detectado que os acolhidos estavam ociosos, desassistidos e denotando ausência de higiene pessoal, que as suas roupas e objetos se encontravam misturados e desorganizados e que algumas crianças ainda não estavam com os respectivos

prontuários individuais confeccionados, implicando a inexistência de um Plano Individual de Atendimento (PIA).

O MPPE ainda constatou que, nas duas casas, a quantidade de acolhidos não condizia com o quantitativo mínimo das equipes técnicas preconizado pelas orientações do Conselho Nacional de Assistência Social em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNAS/CONANDA), o que compromete o atendimento personalizado e em pequenos grupos, previsto no artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, inciso III (Lei nº8.069/90).

Especificamente na Casa da Criança, a assistente social exercia cumulativamente as suas atividades com a direção do Centro de Atendimento Socioeducativo Cabo, e a psicóloga exercia suas atividades funcionais voluntariamente, circunstâncias que dificultam a manutenção de vínculos.

Outras irregularidades detectadas foram: a ausência de assistência nas atividades escolares e de frequência dos adolescentes em atividades profissionalizantes; ausência de realização de assembleias e atividades psicossociais, incluindo pedagógicas, visando ao pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes; e ausência de discussão e elaboração de rotinas e regras junto aos acolhidos.

O prefeito e os secretários municipais de Gestão Pública e de Programas Sociais têm um prazo de dez dias para informar à promotora de Justiça sobre a adoção das medidas administrativas, encaminhando no mesmo prazo a respectiva comprovação documental.